

CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MIRANDELA

ATA N.º 3/2024

Ao décimo sexto dia do mês de setembro de 2024, pelas 14 horas e 35 minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, com a presença dos seguintes elementos:

- *Júlia Rodrigues*, Presidente da Câmara Municipal;
- *António Neves*, representante da ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores de Raça Serrana, da CAPRISSERRA – Cooperativa de Produtores de Cabrito da Raça Serrana, CRL., da LEICRAS - Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra Serrana e Secretário da Mesa do Conselho;
- *Francisco Pavão*, representante da APPITAD – Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes e Secretário da Mesa do Conselho;
- *Arlindo Almeida*, representante do Instituto Politécnico de Bragança (em videoconferência);
- *Francisco Ribeiro*, representante da CCDRN – Agricultura – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.;
- *Ludovina Rocha*, representante da DESTEQUE – Associação de Desenvolvimento Local;
- *Cristina Passas*, representante da Associação Comercial e Industrial de Mirandela;
- *Beatriz Pilão Garcia*, representante do Centro de Gestão da Empresa Agrícola Vale do Tua;
- *Emanuel Batista*, representante da AOTAD – Associação dos Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro e da ACRIGA – Associação dos Criadores de Gado;
- *Ana Novais*, representante da Tradição e Qualidade - Associação Interprofissional para os Produtores Agro-Alimentares de Trás-os-Montes;
- *Marta Ferreira*, representante da AFLODOUNORTE – Associação Florestal do Vale do Douro Norte;
- *Bruno Ricardo*, em representação da Cooperativa dos Produtores de Mel da Terra Quente e Frutos Secos e da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Badana;
- Associação de Apicultores do Nordeste (FNAP) (em videoconferência);
- *Cândida Santos*, representante da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra da Terra Quente (em videoconferência);
- *Carlos Carvalho*, representante do Partido Social Democrata (PSD);
- *Hernâni Moutinho*, representante do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS/PP);
- *Liliana Pinto*, representante do Serviço Municipal de Veterinária;
- *Agostinho Beça*, Chefe da EMEIA – Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, do Município de Mirandela;
- *Maria Gouveia*, Coordenadora do SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Mirandela;

E as ausências de:

- *António Cosme*, representante do ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas I.P.;
- *Delfim Machado*, representante da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais-Mirandela;
- *Ana Paula Silva*, representante da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- *Paulo Xavier Rodrigues*, representante da SILVIDOURO – Associação Agro-Florestal;
- *João Ribeiro*, representante da FACIRC – Federação das Associações de Caçadores da 1.ª Região Cinegética; (apresentou justificação de ausência)
- *Susana Batista*, representante do Centro de Gestão Agrícola da Terra Viva; (apresentou justificação de ausência)
- *José Vieira*, representante da COOPAÇOS – Cooperativa Agrícola de Valpaços;

- *Luís Cardoso*, representante da Cooperativa de Olivicultores de Valpaços;
- *Pedro Vinagre*, representante da Adega Cooperativa de Valpaços;
- *Alcides Santos*, representante da Adega Cooperativa do Rabaçal.
- *Isabel Pires*, representante da ADAN – Associação de Defesa Animal do Nordeste;
- *Jorge Humberto Fernandes*, representante da Coligação Democrática Unitária (CDU);
- *José Carlos Teixeira*, representante do Grupo Municipal dos Independentes;
- *Rita Messias*, representante do Partido Socialista (PS); (apresentou justificação de ausência)
- *Nuno Nogueira*, Presidente de Junta da Freguesia de Torre de Dona Chama, representante dos Presidentes de Junta de Freguesia;
- *Gualter Ferreira*, Técnico Superior da DASO – Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais – Unidade Orgânica de Ambiente, da Câmara Municipal de Mirandela;

Outras presenças:

- *Cláudia Ramos*, Adjunta da Sr.^a Presidente (Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal);
- *Cidália Pinto*, elemento de apoio à Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e na sua dependência hierárquica, enquanto técnica do Gabinete Técnico Florestal (GTF).

Presidiu aos trabalhos a **Sr.^a Presidente**, abrindo a reunião às 14 horas e 35 minutos, conforme agendado, dando as boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Após verificar a presença de quórum deu início à reunião.

Solicitou autorização para gravação da reunião de modo a facilitar a elaboração da Ata e para que seja cópia fiel e correta a reprodução dos factos ocorridos, considerando o formato em que esta reunião se realiza, ao que nenhum dos conselheiros se opôs.

Informou que se encontram presentes, para prestar apoio a este Conselho, além da Dr.^a *Cláudia Ramos*, Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, duas técnicas dos Órgãos Municipais, a Carina Fernandes e Joana Guerra.

Iniciou a Ordem de Trabalhos com o **Ponto 1 - Ata - Leitura, discussão e votação da Ata da 2.^a Reunião do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela de 2024, de 18 de junho**. Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

Deliberação:

- O Conselho deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 2.^a Reunião do Conselho Municipal de Agricultura de 2024, de 18 de junho.**

Passando ao **Ponto 2 - Público - Período de Intervenção** (conforme n.º 5 do art.º 12.º)¹, a **Sr.^a Presidente** informou que em todas as reuniões do Conselho Municipal de Agricultura há um período aberto ao público, que não poderá exceder 30 minutos, salvo por deliberação do Conselho, sendo esta reunião divulgada por Edital, como habitualmente, para informação sobre a realização da mesma.

Dada a ausência de público, passou de imediato ao ponto seguinte: **Ponto 3 – Período Antes da Ordem do Dia**, (conforme o n.º 2 do artigo 12.º)¹. Mais informou que este período não poderá exceder sessenta minutos se destina à discussão e análise de quaisquer assuntos pertinentes às funções deste Conselho que não estejam incluídos na Ordem do Dia, dando a palavra aos Conselheiros inscritos.

Tomou a palavra **Cristina Passas**, representante da **Associação Comercial e Industrial de Mirandela**, para pedir o ponto de situação relativamente às fábricas de extração de óleo de bagaço da azeitona, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento da legislação ambiental.

O Conselheiro **Francisco Pavão**, representante da **APPITAD – Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro**, da **Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes e Secretário da Mesa do Conselho**, tomou a palavra para sugerir, sobre esta matéria, que a palavra *resíduos* ou *biorresíduos*, seja substituída pela palavra *subprodutos* ou *bioprodutos*, devido à conotação negativa que a palavra *resíduo* acarreta no setor e pelo *facto de ter um enquadramento legal completamente diferente. Trata-se de uma questão de semântica*.

¹ Do Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela

A **Sr.^a Presidente** informa que foi celebrado um contrato de comodato com a Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, para recolha e tratamento de biorresíduos resultantes de jardins e espaços verdes. Acrescenta ainda que, os materiais sobranes das podas, que normalmente são queimados, podem ser triturados e utilizados em processos de compostagem juntamente com outros materiais, transformando-os em corretivos orgânicos para a aplicação nos solos.

Dá nota ainda que, de todos os produtos resultantes da atividade agrícola, os mais problemáticos são, sem dúvida, os bagaços de azeitona, que resulta da extração do azeite, nos lagares. Contudo, já existem soluções técnicas e tecnologias para a valorização deste subproduto, que permite, de certa forma, aliviar, a pressão sobre as empresas de extração de óleos destes bagaços.

Conclui dizendo que as Universidades e Institutos Politécnicos, em parceria com outras entidades públicas e privadas, têm vindo a desenvolver soluções muito interessantes para diversos usos deste subproduto orgânico que, para além de poder entrar na composição de rações para animais, pode ser usado como combustível para aquecimento.

Cita o exemplo dum Projeto liderado pela Universidade de Évora, designado por InovCircOlive – Inovação e Circularidade no Setor Oleícola, que visa valorizar os materiais orgânicos (bagaço húmido e extratado de azeitona; folhagem de oliveira; engaços de uva; madeiras e sobranes de poda), através de processos de compostagem para produção de fertilizantes orgânicos.

Informa ainda que o Ministério da Agricultura disponibilizou um Manual muito completo sobre Compostagem, prevendo a utilização de bagaços da azeitona e um interessante capítulo relativo à instalação de unidades de Compostagem.

Finda a sua intervenção, a **Sr.^a Presidente** deu a palavra ao Conselheiro **Agostinho Beça, Chefe da EMEIA – Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, do Município de Mirandela**, o qual esclareceu que o ponto 4.2 da Ordem do Dia não se refere exclusivamente a subprodutos mas também a biorresíduos, sendo um ponto abrangente. Sugere que o referido Manual sobre Compostagem seja distribuído a todos os conselheiros.

A conselheira **Maria Gouveia, Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil**, pediu a palavra para informar o Conselho que o Serviço Municipal de Proteção Civil possui uma componente de sensibilização ambiental e no âmbito do Voluntariado Jovem para as Florestas promoveu visitas ao Parque Ambiental do Nordeste – Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB), onde os jovens puderam contactar de perto com a gestão de resíduos.

O Conselheiro **Francisco Ribeiro, representante da CCDRN – Agricultura – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.**, pediu a palavra para informar o Conselho que no Plano Nacional de Gestão Integrado de Fogos Rurais, no Objetivo Estratégico n.º 2 (OE2) | Cuidar dos Espaços Rurais, está prevista a Ação 2.2.2.1 – Promover Processos de Compostagem, estando a ser desenvolvido o Programa Sub-Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PSA) para posterior adaptação municipal.

Maria Gouveia, afirma que a Câmara Municipal aguarda a aprovação do Programa Sub-Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PSA) para ser produzido o Programa Municipal de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

O Conselheiro **Bruno Ricardo, em representação da Cooperativa dos Produtores de Mel da Terra Quente e Frutos Secos e da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Badana**, questionou se o escoamento da lã foi contemplado no referido Protocolo celebrado com a Resíduos do Nordeste. Manifesta grande preocupação em relação a esta matéria, uma vez que a maioria dos produtores armazena este “resíduo” nas instalações e outros, sem qualquer controlo, enterram-no sem que seja avaliada a consequência desse ato. Enquanto cidadão consciente já questionou a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, sobre esta matéria, não obtendo qualquer resposta.

A **Sr.^a Presidente** informou que o Protocolo é entre a Câmara Municipal e a Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, apenas contempla a recolha e tratamento de biorresíduos resultantes de jardins e espaços verdes.

Francisco Pavão, informa que os subprodutos com valorização agrícola carecem de enquadramento regulamentar, mas que neste momento o Governo está a trabalhar nesse sentido e em breve haverá um documento para consulta pública. Acrescenta ainda que apesar dos normativos serem comunitários, a legislação portuguesa é, infelizmente, muito mais restritiva do que a legislação espanhola, grega ou italiana, para os mesmos produtos.

O Conselheiro **Hernâni Moutinho, representante do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS/PP)**, questionou a diferença entre biorresíduos e subprodutos, ressaltando o seu desconhecimento na área, considerando que as questões de semântica são complexas.

Francisco Pavão, esclarece que no fundo estamos a falar da mesma coisa. Em Portugal, os biorresíduos têm de sofrer um tratamento diferente da valorização. Esta questão de semântica é muito importante, porque se interpretarmos como

subprodutos temos valorização económica e agronómica, onde está associada uma legislação de licenciamento muito mais simples, enquanto que os biorresíduos têm uma legislação associada muito mais complexa.

Agostinho Beça pediu a palavra para referir que *é chegado o momento de despoletar novamente a ideia de instalar uma Unidade de Compostagem em Mirandela*, sugerindo que a Câmara Municipal de Mirandela poderá ser uma força mediadora/agregadora entre as entidades interessadas nesta ideia.

Refere que essa Unidade poderia absorver os diferentes materiais passíveis de compostagem, sejam eles biorresíduos ou subprodutos, inclusive a lã, devidamente triturada, podendo ser incorporada, em quantidades controladas, nos processos de compostagem. Sugere que essa Unidade poderia ser instalada no Complexo Agro-Industrial do Cachão.

Menciona a questão levantada pela Conselheira **Cristina Passas**, que no seu entendimento, a Conselheira pretendia abordar a temática das extratoras que existem, uma no concelho de Valpaços, que funciona a montante, *acabando por haver sempre externalidades negativas, se for o caso, para o nosso espelho de água e não só, também para o ar*. Refere que tem conhecimento que foi elaborado um *estudo sobre avaliação da qualidade do ar*, mas que nunca mais ouviu falar disso. A outra extratora, a jusante, nas Latadas, onde poderá haver também *essas externalidades negativas, para o rio, a jusante*.

Aponta ainda a importância da instalação dessa Unidade de Compostagem em Mirandela, pelo facto de aliviar os excedentes de bagaço de azeitona das extratoras, que poderá ser utilizado em compostagem nas quantidades certas.

Em resposta ao exposto, a **Sr.ª Presidente** refere que *a ideia é boa, mas tem de se avançar*. Nesta conformidade, desafia a Equipa Multidisciplinar para que, em conjunto com a Empresa Resíduos do Nordeste, EIM., se proceda a uma avaliação, tendo em conta *os propósitos da Resíduos do Nordeste e os objetivos da Câmara Municipal e a forma como se irá gerir esta situação*.

Relativamente à avaliação da qualidade do ar, informa que a Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes tem em atividade uma viatura móvel que efetua essa avaliação, estando a aguardar a receção do relatório final.

Informa ainda o Conselho que, relativamente à extratora das Latadas, foi feita uma vistoria conjunta entre várias entidades: a Câmara Municipal de Mirandela, a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), CCDRN (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), a Delegação de Saúde e o SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente). A Câmara Municipal é a entidade, por descentralização de competências, que acompanha os vários licenciamentos e que está a reunir toda a informação e pareceres das referidas entidades, prevendo que durante a próxima semana, o relatório final sobre aquela atividade, esteja concluído, para poder ser apresentado à próxima reunião do Conselho.

Cristina Passas tomou a palavra para referir que *é importante perceber qual a taxa de esforço que essas empresas estão a fazer para minimizar os efeitos colaterais que estão a causar ao território*. Presume que, *enquanto Conselheiros são partes interessadas, não só como defensores do setor, mas também quando são abordados saber exatamente o ponto de situação e podermos, de alguma forma, também nos pronunciarmos sobre ela*. Se o Conselho Municipal de Agricultura não tiver essas informações, também não poderá acrescentar nada sobre a matéria...

A **Sr.ª Presidente** afirma que *esta situação é muito preocupante, que tem de ser dirigida com alguma atenção, porque nós produzimos efetivamente bagaço e nós não podemos produzir azeite, sem produzir o subproduto bagaço, a forma como transformamos o bagaço é que tem de ser amiga do ambiente*.

Cristina Passas concorda, referindo, no entanto, que é necessário o cumprimento da legislação por parte dessas Unidades e, caso isso não aconteça, o que deve ser feito até que isso ocorra. Acrescenta ainda que, *neste momento, cabe-nos a nós defender a população e o território*.

A **Sr.ª Presidente** informa que logo que o Relatório da Vistoria conjunta à Unidade das Latadas esteja pronto, pela Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, e após a sua aprovação em reunião conjunta com as entidades envolvidas, será trazido ao Conselho. Refere ainda que o mesmo deve apontar soluções para implementar e dar um prazo, o mais curto possível, pois esta situação *já dura há muito tempo*.

Francisco Pavão tomou a palavra para referir que tudo o que seja apontado nos estudos que venham a fazer a valorização de bagaços não será a solução do problema *porque não temos capacidade de compostar o bagaço que é produzido nem na região nem no País e, portanto, as extratoras serão, mesmo num futuro próximo, um dos poucos caminhos para o grande volume de bagaço*. Considera que a preocupação com o funcionamento dos extratores e a sensibilização para que se cumpra a regulamentação, são importantes, no entanto, *ainda não temos métodos eficientes para diminuir a carga de bagaço que chega à nossa região, uma vez que são produzidas 80.000 ton. de bagaço num ano normal e as três extratoras laboram 160 mil toneladas*. Informa ainda que a extratora mais próxima do Pocinho é no Crato, e que a Beira neste momento não tem extratoras, por isso também recebemos o seu bagaço incluindo o da Espanha fronteiriça.

Fernando Pintor, em representação de **António Neves** da ANCRAS - Associação Nacional de Caprinicultores de Raça Serrana, da CAPRISSERRA – Cooperativa de Produtores de Cabrito da Raça Serrana, CRL., da LEICRAS - Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra Serrana, acrescentou que, segundo dados da CIM-TTM, desde 2015 verifica-se uma redução de 20% a 30% do efetivo de raças autóctones, com exceção da Churra Bragançana. Identificou a falta de mão de obra como principal causa, referindo que a atividade se torna insustentável quando os criadores residem fora da região. Sublinhou ainda dificuldades económicas, como o custo do transporte de leite, que em alguns casos ultrapassa o valor do próprio produto, levando ao seu descarte. Defendeu a valorização das raças autóctones através das DOP's e outras certificações, alertando que, sem medidas concretas, em 2030 poderá perder-se este património genético e cultural.

Jorge Humberto Fernandes tomou a palavra e sugeriu que se houvesse benefícios semelhantes aos concedidos a bombeiros e associações humanitárias, como o uso de gasóleo verde, pudessem ser estendidos às associações de produtores, como forma de mitigar custos e apoiar a sustentabilidade do setor.

Agostinho Beça, representante da Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, tomou a palavra e salientou a importância de apoiar os criadores de cães de gado, enquanto raça autóctone e elemento essencial no ecossistema rural, sobretudo na proteção dos rebanhos perante ataques de predadores.

A **Sra. Presidente** considerou fundamental levar estes contributos à CIM-TTM, reforçando que uma posição conjunta dos nove municípios teria maior impacto político junto do Ministério da Agricultura.

António Neves, tomou a palavra e reforçou a necessidade de medidas práticas e adaptadas à realidade local. Referiu que muitos produtores não conseguem candidatar-se a programas de apoio existentes, como o das cabras sapadoras, por falta de aplicação no terreno. Defendeu a majoração dos apoios financeiros e a reintrodução de incentivos para aquisição de animais, sob pena de abandono generalizado da atividade.

Francisco Pavão solicitou que o documento apresentado pela CIM-TTM fosse enviado a todos os Conselheiros para análise e comentário. Defendeu a importância de uniformizar o apoio às raças autóctones entre os diferentes municípios, evitando disparidades dentro da mesma comunidade intermunicipal. Acrescentou que o apoio à comercialização dos produtos deve acompanhar o apoio à produção, pois garante retorno económico direto aos produtores através dos agrupamentos de produtores.

Fernando Pintor tomou a palavra e mencionou que este tipo de ajuda já existiu anteriormente, mas apenas alguns produtores a receberam. Destacou que, muitas vezes, sem retorno político, a ajuda deixa de existir.

A **Sra. Presidente** apresentou o Polo de Inovação da Quinta do Valongo, em Mirandela, integrado na agenda Agricultura 2030, com investimento de 1,3 milhões de euros na requalificação de edifícios, aquisição de equipamentos laboratoriais, instalação de sistemas de rega, centro de recria de pequenos ruminantes, plantação de vinha e aquisição de alfaías agrícolas. Referiu a utilização de 80 hectares para pequenos agricultores interessados em inovação, abrangendo cadeias de valor do olival, azeite, frutos secos, apicultura, pastagens, forragens, pequenos ruminantes e variedades regionais. Destacou a parceria entre a Câmara Municipal, EPA, Instituto Politécnico de Bragança, APPITAD e outras entidades para implementação, experimentação, formação, demonstração e transferência de conhecimento.

Fernando Pintor questionou o papel da ANCRAS no polo, dado o vazio deixado pelo centro de inseminação em Malhadas. Sublinhou que criar um centro secundário de reprodução não seria eficiente financeiramente, propondo em vez disso um rebanho de seleção, garantindo controle sanitário e seleção genética. Destacou a urgência de criar um núcleo de melhoramento livre de doenças.

Francisco Pavão esclareceu que o Centro de Recria já está considerado no polo, substituindo o centro de inseminação, devido à distância do centro de Malhadas.

João Reis referiu que a situação mencionada pelo Conselheiro **Fernando Pintor** é uma realidade já praticada em outras regiões, principalmente em Espanha e algumas regiões de Portugal, sendo apenas no Alentejo que se trata de forma diferente. Explicou que atualmente não há capacidade de intervenção nas raças locais, devido à baixa expressão das mesmas. Alertou para as dificuldades na recolha de leite em pequenas explorações, apontando que qualquer problema num produtor pode comprometer um lote inteiro. Destacou a importância de centros de recria para garantir que os animais não tenham doenças, sobretudo doenças subclínicas, que são crónicas e de difícil rastreio. Ressaltou que, para exportação de animais e gestão de inseminação, seria impossível garantir a ausência destas doenças sem um centro de recria, incluindo planos de erradicação dentro do próprio centro.

A **Sra. Presidente** concordou que não faria sentido ter dois centros de inseminação, defendendo a criação de centros de recria com plano sanitário controlado. Informou que as obras ainda levarão tempo, mas que há confiança em equipar o laboratório e avançar com projetos de acordo com as necessidades dos produtores.

Jorge Humberto Fernandes referiu que a ação do Ministro teve caráter político, lembrando que o projeto da Quinta do Valongo já estava previsto desde 2019/2020, embora não tenha avançado na altura, possivelmente devido à pandemia. Destacou que a apresentação atual foi feita apenas à Câmara Municipal, sem comunicação social, e criticou que a divulgação tende a servir mais a narrativa política do que resultados concretos.

A **Sra. Presidente** esclareceu que já existia fonte de financiamento em 2020, e que a Quinta do Valongo integra a rede de Polos de Inovação Agrícola do PRR.

Jorge Humberto Fernandes reforçou que o projeto já tinha verba prevista há quatro/cinco anos, mas só agora vai avançar, salientando que ainda não estão definidos detalhes de funcionamento, abrangendo várias áreas de produção, podendo limitar-se à propaganda política.

A **Sra. Presidente** informou sobre o regadio coletivo tradicional de Contins, cuja segunda fase foi concluída, incluindo captação, elevação e pressurização, com vistoria e validação técnica. Destacou a necessidade de definir o modelo de gestão definitivo, e apresentou a estratégia de certificação de produtos locais (requeijão de cabra, couve penca, cereja e morango), optando por processos mais simples e céleres, em parceria com ACIM, Tradição e Qualidade, Organizações de Agricultores e Juntas de Freguesia. Mencionou ainda ações de formação e sensibilização junto de operadores de restauração, hotelaria e lojas de produtos regionais, previstas para finais de novembro e dezembro.

Francisco Pavão questionou a abordagem da comemoração do Dia Mundial da Alimentação, criticando que a ação focou produtos veganos, excluindo carne e produtos locais autóctones. Considerou importante que este tipo de celebração promova dietas sustentáveis com produtos endógenos do território.

A **Sra. Presidente** afirmou que a ação visou a realidade local e a utilização de produtos locais, sem penalizar raças autóctones, destacando outras ações de promoção de produtos regionais associadas a vinhos.

Bruno Ricardo, em representação da Cooperativa dos Produtores de Mel da Terra Quente e Frutos Secos, lamentou a falta de continuidade de um projeto sugerido no ano anterior sobre a celebração do Dia do Pequeno-Almoço com mel, e mencionou atividades pendentes relacionadas com o Dia Internacional da Reciclagem. Salientou a necessidade de sensibilização nas escolas para hábitos alimentares com produtos locais, como mel e azeite.

A **Sra. Presidente** reforçou que críticas são oportunidades de melhoria, agradecendo propostas e sugestões, que são sempre acolhidas pela Câmara Municipal e técnicos responsáveis.

Em relação **Ponto 3.1 - Apresentação do concurso do “Sistema de incentivos de Base Territorial” NORTE 2030 (CIM-TTM)**, a **Sr.ª Presidente** agradeceu a presença do Eng. *Rui Caseiro*, Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, a quem passou a palavra.

Rui Caseiro, Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, esteve presente a convite da Senhora Presidente, nos termos do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura, apresentou o Sistema de Incentivos de Base Territorial, fazendo referência às raças autóctones, destacando que há diferenças no tratamento e nos apoios entre municípios. Salientou que o avanço da realidade demográfica compromete os efetivos das raças, exigindo uma abordagem diferenciada, que inclua não só financiamento, mas também medidas para estimular o consumo, essencial para a rentabilidade e valorização destes produtos.

Ressaltou que a gestão destas raças é mais complexa e que muitos produtores procuram alternativas mais rentáveis, mesmo sendo criadores. Referiu que os fundos comunitários são essenciais para o país, realçando dificuldades enfrentadas na negociação com entidades centralistas, especialmente no contexto da diminuição populacional no interior (80% no litoral e 20% no interior).

Explicou que, no programa Portugal 2030, a dotação é semelhante ao Portugal 2020, com verba regionalizada e afetada às entidades intermunicipais, incluindo sete CIM's e uma área metropolitana. Para a unidade intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, foram contratualizados 109 milhões de euros, distribuídos em 16 tipologias de investimento, predominantemente públicas (digitalização, eficiência energética, comunidades de energia, proteção civil, ciclo urbano da água em baixa, mobilidade sustentável, apoio ao emprego, educação e territorialidade).

Informou que foi elaborado o quadro de investimentos prioritários (KIP), identificado para objetivos OP1, OP2, OP4 e OP5, destacando que, das 16 tipologias, apenas duas se destinam a investimentos de empresas privadas, com quase 6,3 milhões de euros disponíveis para o período do programa regional até 2029, sendo que a maior parte das tipologias já tem avisos abertos dirigidos às necessidades do território.

Pedro Morais, Técnico da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, esteve presente a convite da Senhora Presidente, nos termos do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura, apresentou o

aviso atual para candidaturas ao Sistema de Incentivos de Base Territorial, com submissão até 30 de dezembro, valores entre 25 mil euros e 300 mil euros, permitindo apenas uma candidatura por estabelecimento ou loja. Destacou que, ao contrário do aviso anterior, os projetos não podem englobar várias lojas.

Esclareceu os requisitos para candidatura: fontes de financiamento (preferencialmente próprias), comprovativo de micro ou pequena empresa, contabilidade organizada e legitimidade para intervenção no estabelecimento, edifício ou terreno. Os projetos não podem ter sido executados ou faturados antes da submissão.

Apontou atividades excluídas, incluindo jogos, produtos petrolíferos, seguros, produtos bancários, oficinas, farmácias, alojamento para novos estabelecimentos e setores como pesca, aquicultura, produção agrícola primária e florestas, bem como transformação de produtos agrícolas do Anexo I do Tratado, salvo condições específicas.

Indicou que custos elegíveis incluem aquisição de máquinas e equipamentos, mobiliário, *software*, ativos incorpóreos, tecnologia, patentes, certificações, estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing, serviços de arquitetura, participação em feiras, promoção de produtos e consultoria especializada, desde que posteriores à submissão da candidatura. Obras podem ser incluídas se essenciais e justificadas. Destacou que 5% do valor do projeto é entregue como custo simplificado sem necessidade de justificar despesas.

Sobre custos não elegíveis, mencionou que não se incluem bens e serviços fora do estabelecimento, veículos automóveis ou material de transporte, ou despesas anteriores à candidatura, incluindo estudos de viabilidade.

Explicou que os projetos terão indicadores de avaliação socioeconómica e ambiental, incluindo eficiência energética e eficácia económica, sendo penalizados casos de incumprimento. Sobre formas de pagamento, mencionou adiantamento de 10%, reembolso mediante apresentação de documentos ou pagamento contra fatura, com regularização em 30 dias.

Finalizou referindo que todas as informações detalhadas estão disponíveis nos sites Norte 2030, Portugal 2030 e na comunidade intermunicipal, destacando que apenas atividades já em desenvolvimento são elegíveis, não estando contemplada a criação de novas empresas.

Ludovina Rocha, em representação da Associação de Desenvolvimento da Terra Quente – DESTEQUE, questionou se são exigidos três orçamentos para valores iguais ou superiores a 5 mil euros. Se valores inferiores também exigem três orçamentos, sobre autonomia financeira ainda indefinida, e se o pagamento contra fatura poderia incluir várias faturas.

Pedro Morais confirmou que o pagamento contra fatura pode incluir várias faturas, com prazo de 30 dias para finalização. Esclareceu que a exigência de três orçamentos aplica-se a todas as quantias iguais ou superiores a 5 mil euros.

João Reis alertou para a exclusão das empresas transformadoras de produtos primários (mel, azeite, leite, etc.), que ficam sem acesso a apoios regionais ou agrícolas, ficando sem financiamento.

Jorge Humberto Fernandes, reforçou que os avisos não contemplam a realidade económica da região, impossibilitando investimento em indústrias transformadoras e no setor primário. Destacou que esta situação perpetua desigualdades entre litoral e interior, dificultando a fixação de produtores e o desenvolvimento local.

Rui Caseiro esclareceu que o organismo intermunicipal manifestou desagrado e solicitou que novos avisos incluam não só a modernização de unidades existentes, mas também a criação de novas empresas, com compromisso de abertura de aviso no primeiro semestre do próximo ano. Referiu que o programa anterior investiu cerca de 7 milhões de euros na região, apoiando pequenas empresas privadas em áreas não agrícolas. Destacou que o programa atual apoia investimentos de até 300 mil euros, com taxa de cofinanciamento de 60%, sendo adequado à realidade local, incluindo turismo rural, restaurantes, metalomecânica, entre outros. Sublinhou ainda a importância da mobilidade rodoviária e ferroviária para o desenvolvimento regional.

Passando ao **Ponto 3.2 - Apresentação do resultado do trabalho da CIM-TTM sobre a Valorização do Potencial Hidroagrícola**; a Sr.^a Presidente referiu que finalmente tinham um dossier físico aguardado há muito tempo.

Rui Caseiro destacou que o estudo sobre o potencial hidroagrícola é fundamental para identificar necessidades de regadio, infraestrutura, capacidade de armazenamento, solo apto e disponibilidade de pessoal, permitindo planear investimentos e justificar pedidos de apoio financeiro. Alertou que, sem água, a agricultura regional não tem futuro, especialmente devido às alterações climáticas e períodos de seca. Mencionou que o aproveitamento em Torre Dona Chama foi classificado como primeira prioridade, embora isso não signifique avanço imediato, dependendo da maturidade dos projetos e da disponibilidade de fundos comunitários. Informou que já foi solicitado um encontro com o Ministro da Agricultura para tratar da temática do regadio e sugeriu disponibilizar o estudo digitalizado na página da CIM-TTM para acesso de todos os interessados.

A **Sra. Presidente** confirmou que o estudo já foi entregue em formato físico e reforçou a importância do tema do regadio para a agricultura. Propôs adiar a discussão para a próxima reunião e disponibilizar o *link* da CIM-TTM para todos terem acesso ao estudo.

Francisco Pavão informou que já havia conhecimento prévio do estudo, citando a participação do Eng.º *Rui Caseiro* no evento “Água que nos Une”, que contribuiu para a compreensão das necessidades hídricas da região. Solicitou que, ao adiar a discussão, o envio online seja eficiente, lembrando que os contributos para o programa devem ser enviados até 03 de dezembro, podendo aguardar a presença do Eng.º *Agostinho Beça* para complementar as informações, atendendo à necessidade de se ausentar temporariamente.

A **Sra. Presidente** sugeriu a organização de uma videoconferência específica sobre o tema, permitindo que todos enviem contributos e que o Eng.º *Rui Caseiro* compartilhe observações sobre o setor agrícola. Caso a discussão presencial não seja possível, propôs apresentação do estudo pela empresa responsável via videoconferência.

Quanto ao **Ponto 3.3 - Apresentação dos dados do BUPI e do controlo da vespa Velutina (SMPC)**; a **Sr.ª Presidente** deu a palavra à **Maria Manuela Gouveia, Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil**, que apresentou o funcionamento do Balcão BUPI, criado com base na Lei 78/2017, atualizada, que visa o ordenamento do território, valorização de recursos, identificação de proprietários e prevenção de incêndios. Destacou que o registo de terrenos rústicos e mistos não é obrigatório, mas traz valorização e facilita atos jurídicos, como venda, arrendamento ou permuta.

Explicou a implementação do Balcão BUPI em Mirandela em 2021, com balcões descentralizados em Avidagos e Torre Dona Chama, e a mudança para instalações mais amplas no Mercado, Loja 20, em 2022. Descreveu o processo de trabalho dos técnicos habilitados: início de processos, identificação de terrenos e proprietários, submissão de documentos, geração e assinatura do termo de responsabilidade, e encaminhamento automático para a conservatória.

Apresentou ferramentas do BUPI, incluindo visualizador de mapas, Representação Gráfica Georreferenciada (RGG) eletrónicas, *dashboards* de acompanhamento e estatísticas de matrizes processadas. Informou que, a situação da candidatura de Mirandela, iniciada a 01 de julho, até ao momento, foram registadas 7.797 matrizes de um total de 25 mil previstos, com média diária de 15 matrizes, abaixo da meta de 30, indicando necessidade de intensificação do trabalho. Destacou a relevância do acompanhamento por técnico habilitado, citando o Técnico *Sérgio Ruivo*, que processou até o momento 10.184 processos.

Enumerou atividades diárias do balcão: atendimento presencial e telefónico, preparação antecipada de processos para proprietários com múltiplos terrenos, gestão de artigos omissos, fechamento de processos pendentes, apoio a notários e gestão de *e-mails*. Descreveu ações de divulgação do projeto junto de associações agrícolas e florestais, visitas a juntas de freguesia, participação em feiras locais, divulgação sonora e promoção intermunicipal em encontros de técnicos.

Destacou a realização de estágio curricular do IPB, com 350 horas e relatórios finais, e cobertura mediática. Apontou ações futuras, como envio de cartas-convite aos titulares de propriedades ainda não registadas, especialmente nas freguesias com baixa taxa de registo, e início do registo de processos de artigos urbanos, complementando o conhecimento do território para ordenamento urbano.

Cidália Pinto, Técnica do Gabinete Técnico Florestal, apresentou o controle da vespa-velutina, realizado pelo GTF e pelo Serviço Municipal de Proteção Civil. Explicou o ciclo de vida da espécie, destacando duas fases: voo das fundadoras e período em que os ninhos estão estabelecidos. Informou que, neste ano, foram capturadas 491 vespas fundadoras e 1.480 obreiras, utilizando 32 armadilhas distribuídas pelo concelho, protegendo a apicultura.

Destacou que as armadilhas utilizadas não capturam abelhas melíferas, apenas vespas, e que a captura das fundadoras interrompe o ciclo biológico da espécie, evitando a formação de novos ninhos. Mencionou a necessidade de monitorização quinzenal e realocação de armadilhas conforme o histórico de capturas. Apontou limitações do método, como recursos humanos e materiais necessários, bem como o custo de aquisição de armadilhas e atrativos comerciais seletivos.

Apresentou os três métodos de destruição de ninhos:

- Arma de projéteis: ideal para ninhos em altura; rápido e de baixo custo unitário, mas requer repetição em alguns casos; o ninho não é retirado.
- Vareticida: vara extensível com líquido inseticida; adequado para ninhos em altura e de difícil acesso; demora mais tempo e exige repetição em alguns casos; não retira o ninho.
- Inseticida em espuma: permite selar a entrada do ninho, matar todas as vespas e retirar o ninho; ideal para ninhos de baixa altura; execução fácil e rápida; limitações para árvores muito altas.

Informou que, desde março, foram destruídos 142 ninhos; o custo médio por ninho em 2024 foi de 220 €, incluindo transporte e mão de obra. Destacou a importância de maior articulação entre métodos de destruição, valores e concelhos limítrofes, e a necessidade de mais apoios governamentais e armadilhas durante o voo das fundadoras.

Relativamente ao **Ponto 3.4 - Medidas de Apoio às populações afetadas pelos incêndios de setembro de 2024 (SMPC)** a **Sr.ª Presidente** passou a palavra a **Cidália Pinto**, que abordou sobre as medidas de apoio à população afetada pelos incêndios de setembro de 2024 (decreto-lei n.º 59) pela CCDR-N. Explicou que o apoio financeiro se destina a candidaturas inferiores a 6 mil euros, com valores de referência preenchidos automaticamente com base nos prejuízos reportados pelos agricultores, através de um portal onde se registam os dados do agricultor e das parcelas afetadas. No incêndio de 17 de setembro, em Caravelas, foram afetados 177 hectares, incluindo 58,99 hectares de baldios, correspondendo estas áreas às candidaturas. Informou que foi realizada uma visita de campo para avaliação dos danos e identificação de necessidades de intervenção de emergência.

Referiu que o prazo para submissão decorre até 31 de dezembro e que foram realizadas duas reuniões de esclarecimento sobre o preenchimento dos formulários. Foram contactados 85 agricultores, 65 pelo balcão BUPi e 20 indicados pela presidente de Caravelas. Até à data, foram submetidas 16 candidaturas – sete de associações e nove do município –, das quais 15 já foram validadas, permanecendo uma pendente de processamento pela CCDR-N. Sublinhou que ainda há oportunidade para novas submissões.

Carlos Carvalho, representante do **Partido Social Democrata (PSD)**, questionou sobre o número de técnicos efetivamente afetos ao Balcão BUPi, apontando discrepâncias entre os 21 registados e os seis efetivamente ativos por dia. Solicitou também informação sobre a distribuição das freguesias e quais as zonas que estão mais avançadas.

Maria Manuela Gouveia esclareceu que atualmente há oito contratos ativos: uma pessoa em Mirandela garantindo atendimento de manhã e fim do dia; seis pessoas divididas em turnos de manhã e tarde; uma pessoa no Balcão de Torre Dona Chama; e outros técnicos, nomeadamente, o **Edgar Trigo**, a **Cidália Pinto** e o **Sérgio Ruivo**. Adicionalmente, o Técnico **João Silva** encontra-se no Balcão de Avidagos. Destacou as freguesias com maior atividade: Barcel, Valverde e Marmelos, seguidas de Suções. Explicou que o custo das obras e da mão de obra é calculado automaticamente na plataforma com base na categoria profissional e horas de trabalho.

Bruno Ricardo agradeceu o esforço do município no combate à vespa-velutina, destacando a colaboração dos apicultores, que gerem mais de mil armadilhas. Reforçou a necessidade de trabalho conjunto e disponibilizou-se para colaborar com o município e outras entidades.

Maria Manuela Gouveia sugeriu cruzar a localização dos apiários com as armadilhas para fortalecer a rede de monitorização e elogiou a participação ativa das juntas de freguesia.

Cidália Pinto anunciou a previsão de colocação de mais 150 armadilhas no próximo ano, priorizando as freguesias com maior incidência de ninhos.

Francisco Pavão informou que os dados do BUPi ainda não estão atualizados na internet, mantendo-se 21 elementos inscritos. Destacou que o município ocupa o sexto lugar em área e o sétimo em número de propriedades na região da CIM, apesar de ter apenas sete técnicos contratados, especializados em diversas áreas. Salientou a importância da colaboração das associações, dado que a capacidade municipal é limitada, e questionou como municípios com menos técnicos conseguem realizar mais trabalho, exemplificando com Vimioso, Vila Flor, Mirandela e Miranda. Concluiu que a situação demonstra a necessidade de envolver as organizações no trabalho.

Maria Manuela Gouveia explicou que a estrutura de missão do BUPi já recebeu informação sobre os técnicos a atualizar ou dar baixa no sistema. Referiu que apenas técnicos habilitados por lei podem realizar a Representação Gráfica Georreferenciada (RGG), sendo possível a validação de profissionais de diferentes áreas mediante envio de currículo e aprovação pela estrutura de missão. Sublinhou que, embora fosse desejável a participação das associações, a orientação superior determinou que o trabalho fosse desenvolvido pelos municípios, com técnicos a utilizarem e-mails oficiais da Câmara. Acrescentou que existem diferenças na forma de trabalho entre municípios, nomeadamente o recurso a empresas que utilizam várias pessoas em nome de um único técnico, não sendo comparável à situação do município.

Agostinho Beça questionou sobre a possibilidade de candidaturas ao apoio de incêndios por entidades gestoras de zonas de caça.

Cidália Pinto confirmou que essas entidades podem candidatar-se, incluindo apicultores.

Relativamente ao **Ponto 3.5 – Apresentação do Agrupamento de Baldios do Tua e da ZIF Arasto/Passos (Aflodounorte)**, tendo em conta o avanço da hora, a apresentação foi adiada.

No **Ponto 4 - Outros assuntos**, não houve intervenções por parte dos membros, pelo que a **Sr.ª Presidente** finalizou a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.

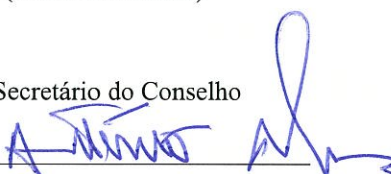
E não havendo mais nada a tratar, pelas 17 horas, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, aprovada em minuta, por unanimidade, que vai ser assinada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e pelos Secretários.

Mirandela, 18 de novembro de 2024.

A Presidente da Câmara Municipal,


(Júlia Rodrigues)


O Secretário do Conselho
(Francisco Pavão)


O Secretário do Conselho
(António Neves)